

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e treze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de janeiro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Manuel Adolfo da Rocha Veiga e Costa e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal explicou aos Senhores Deputados Municipais da escolha do dia 30 de Junho (domingo) para a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e que às doze horas se os respectivos trabalhos não tivessem cessado, teriam de fazer uma pausa nos trabalhos para procederem à presença da entrega do estandarte à Banda Municipal de Alfândega da Fé, oferecida pela Junta de freguesia de Alfândega da Fé.

Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se as ausências dos Senhores Deputados Municipais José Firmino Brunhoso Cordeiro, Lúcio Augusto Bandarra, Iolanda Cristina Barros Neves, Jorge Carlos Pinto Figueiredo Sarmento, Eduardo Manuel Morais Almendra, Abílio Francisco Fernandes, Hélio José Madureira Aires e Mário Telmo Lopes Legoínha, que foi substituído pelo Deputado Toni Azevedo, nos termos dos artigos 78º e 79º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002, 11 de Janeiro.

Não justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, os Senhores Deputados Municipais José Firmino Brunhoso Cordeiro, Lúcio Augusto Bandarra, Iolanda Cristina Barros Neves, Jorge Carlos Pinto Figueiredo Sarmento, Eduardo Manuel Morais Almendra, Abílio Francisco Fernandes e Hélio José Madureira Aires.

Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que se encontrava presente a ata da segunda sessão ordinária, realizada no passado dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze para ser submetida a aprovação.

Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da segunda sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por unanimidade**, dos trinta e quatro Deputados presentes com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período.

O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e manifestou a sua opinião sobre a data escolhida para a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que embora tenha sido cumprido o Regulamento.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Considera, que, devido à escolha de um dia (domingo) para a realização da Sessão da Assembleia Municipal, levou à ausência de muitos Deputados Municipais.

Continuou a sua intervenção e apresentou por escrito um texto que a seguir se transcreve: *“Estamos-nos a aproximar a passos largos do fim do mandato autárquico que os eleitores concederam ao actual executivo, em Outubro de 2009. E, porque esta é porventura a última sessão da Assembleia Municipal, é portanto o momento de se fazer o balanço do que foi feito, do que ficou por fazer, e qual a percentagem de promessas que ficaram por cumprir. Não podemos esquecer-nos que a atual maioria foi eleita com base num conjunto de promessas que passavam pela criação e fixação de empresas, que criariam postos de trabalho, planos estratégicos para as empresas municipais, equilíbrio do município na sua situação de rotura financeira e mais um sem número de promessas que não vale a pena estar a enumerá-las, para não tornar a minha intervenção fastidiosa.*

No que toca à criação ou fixação de empresas e conseqüente criação de postos de trabalho, temos a registar uma empresa, com dois postos de trabalho, o que é muito pouco para tanta promessa.

Foram-se os novos povoadores e com eles, a crença em quem lhe vendeu falsas promessas. Quiseram ter fé nos «burros», mas eles coitados, nobres e pachorrentos, não têm culpa que tenham falado daquilo que não conheciam, tenham dado falsas informações sobre o nosso concelho, quer na imprensa escrita, quer nos lamentáveis tempos de antena que tiveram na televisão, tempos esses pagos por todos nós.

E a instalação de uma empresa de painéis solares? Fica a pergunta à Sr.ª Presidente.

No que toca às Empresas Municipais, o plano que se dizia ser estratégico, ou não foi aplicado ou não resultou. Pior ainda, diria que não existia nenhum plano estratégico. Não deixaram de ter resultados operacionais negativos, no caso da EDEAF, deixou mesmo de ter qualquer actividade produtiva, apesar de ainda ter mais de vinte trabalhadores.

Mas o resultado desta visão tão elaborada e estratégica para estas duas Empresas Municipais, resultou na extinção da EDEAF e esperemos que não venha a acontecer o mesmo à ALFANDEGATUR. A sua visão tem conseqüências negativas para o concelho, quer no plano financeiro quer no plano social, com a conseqüente perda de postos de trabalho e falta de criação de riqueza. Se para a EDEAF, o veredicto é definitivo, para a ALFANDEGATUR aguardamos há dois anos e meio e não sabemos o desfecho.

No campo financeiro, num mandato em que o investimento do município foi muito baixo, aprovamos quatro resgates financeiros, sem que a Câmara tenha saído da situação de rotura financeira, com os graves prejuízos para todos os residentes neste concelho, que assim têm de pagar mais IRS e pagar taxa municipais pelo valor máximo. E, tudo porque o executivo não cumpriu o acordado nesses planos de reestruturação da dívida.

Quando vêem dizer que diminuíram a despesa, porque não dizem que esta diminuição, que por sinal, muito pouco significativa, se deve:

- 1) ao fraco investimento que o Município realizou e,*
- 2) ao facto de não pagarem horas extras aos funcionários, dando dias como compartida, o que se traduz em perda para a Câmara.*

Como comprovamos essa diminuição não se fez por nenhuma reestruturação de serviço, nem por atos de boa gestão, mas sim por fatores momentâneos.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

No que toca à receita, se é certo que houve diminuição das transferências do estado, também é verdade que houve receitas extraordinárias, provenientes da venda de património e dos fundos do Baixo Sabor.

No campo do património este foi o mandato em que não houve investimento para aumento do património, apenas deram continuidade ao seu inventário e registo. Ainda neste campo, è bom lembrar a compra de uma viatura para a Presidência, mas ao que parece é só para usar em momentos solenes, aliás, eu nem sei que cor tem o dito automóvel. Afinal, há na Câmara Municipal quem não se possa queixar da crise.

A grande obra que este executivo tem para nos apresentar, da qual faz grande destaque, foi idealizada pelos seus antecessores, ressalvem-se as grandes alterações feitas por este Executivo. Aqui eu não sou tão crítico como outros. Posso concordar e discordar com algumas coisas, mas entendo o cunho pessoal que lhe foi dado. Não podemos esquecer e dizê-lo que este projeto foi deixado pelo anterior Executivo e também já tinha financiamento assegurado. Esta obra mereceu da Senhora Presidente muitas críticas, enquanto Vereadora da Oposição.

No campo da educação, uma bandeira bem erguida noutro tempo, que pôs Alfândega na vanguarda dos municípios a nível nacional, dado como um exemplo a seguir, Vossas Excelências fizeram alterações na sua orgânica, nomeadamente nos transportes. Estas alterações foram exactamente aquilo que a Senhora Presidente tanto criticou no passado, colocando no mesmo transporte crianças de todos os graus de ensino, com percursos a demorarem mais de trinta minutos, não cumprindo assim o estipulado por lei. Dos percursos diretos com transportes personalizados, passamos a transportes em que a única preocupação foi o satisfazer o entendimento entre o município e a transportadora.

No campo da saúde estranho que o partido Socialista se tenha ficado por uma queixa em relação ao desempenho dos Médicos do centro de saúde, e não tenha exigido à Senhora presidente, o cumprimento da promessa que fez a todos nós, de que colocaria mais médicos no centro de saúde de Alfândega, caso fosse eleita presidente de Câmara. Não bastando, já como Presidente de Câmara, prometeu a colocação de dois enfermeiros nos Bombeiros Voluntários e até ao momento, que eu seja conhecedor, ainda não foram colocados. Senhora presidente, não é com enfermeiros que se suprime a falta de Médicos, com todo o respeito que a classe profissional nos merece.

Muitas outras ilusões nos foram vendidas em campanha eleitoral, algumas das quais se esvaziaram em projetos que passaram sem deixar qualquer marca ou aportaram valor ao nosso concelho, mas que, ficaram caros ao erário público. A cada ano que passa vemos sua ilusão ser vendida como grande iniciativa, sem que qualquer efeito prático se faça sentir, já que quem lança essas ideias não faz o mínimo sentido da terra que pisa.

Afinal Senhora Presidente, tudo quanto a senhora criticou no passado, a Senhora imita no presente, só que em alguns casos da pior forma, porque a visão estratégica para o nosso concelho que dizia ter, só existiu para campanha eleitoral. Criticar quem passou é arma daqueles que no presente não conseguem fazer melhor, ou pelo menos igual. Aquilo a que infelizmente nós assistimos no nosso concelho é a sistemática perda de população, a cada vez menos falta de oportunidades para aqueles que heroicamente insistem em ficar, é a falta de falar verdade às pessoas por parte de quem tem a responsabilidade de nos representar, negar apoios a quem está no terreno a trabalhar nas várias áreas há muitos anos e com obra feita nomeadamente na saúde e na área social, ao mesmo tempo que se promovem e criam novas entidades sem qualquer possibilidade de sobrevivência, e que nada mais se propõem fazer do que aquilo que está já a ser feito.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Na área económica, a agricultura é a actividade que mais peso tem na economia do nosso concelho, porque é que mais gente ocupa e, também porque é aquela que tem mais potencialidades. Mas até ao momento nada apareceu de novo. Nem os anunciados planos de regadio, nem a melhor promoção e venda dos nossos produtos. Todos e qualquer investimento que os nossos agricultores fazem é por conta e risco próprio, já que até uma área em franca expansão no Distrito e apoiada pelo executivo anterior, Vossas Excelências deixaram cair.

Pela minha parte enquanto deputado municipal, eleito nas listas do PSD/CDS, tentei ser sempre honesto nas afirmações, fiel aos princípios e valores da Democracia, frontal, mas correto com os meus adversários, pondo sempre os interesses do Concelho e dos Alfandeguenses acima dos meus e do Partido que represento. Com o meu modesto contributo penso ter contribuído para o enriquecimento do debate, o qual podia e devia ter sido mais enriquecedor, se a maioria socialista tivesse trazido à liça outras matérias e outros temas e, aqui e ali, tivesse aceiteado algumas das sugestões que lhes foram feitas.

Por tudo quanto disse e, porventura pelo que ficou por dizer, acho que este mandato que estamos a terminar, não foi positivo nem para Alfândega, nem para os alfandeguenses.

Como a vida não pára, novo ato eleitoral se avizinha. Espero que o mesmo decorra com elevação e espírito democrático, onde a verdade seja a palavra de ordem, onde as promessas não vão além do que é possível cumprir, onde as pessoas contem pelo que são e não pelo sentido de voto que possam indicar vir a ter. Aqui reitero o que tive sempre oportunidade de dizer em discursos por mim proferidos.

Do meu ponto de vista, a ação política só faz sentido, no rigoroso cumprimento dos princípios que atrás enumerei.

Deixo a todos os presentes, um desejo de boas férias”.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que lamenta que a oposição nada tenha mais a oferecer ao concelho de Alfândega da Fé, do que um conjunto de críticas infundadas e injustas, quando aquilo que deveriam apresentar seriam propostas e ideias construtivas, como faz o Partido Socialista enquanto oposição ao Governo.

Continuou a sua intervenção e referiu que em relação à criação e fixação de empresas no concelho, nomeadamente à empresa espanhola de produção e transformação de amêndoa que comprou o pavilhão da mecapisa, ainda está no início da sua laboração e prevê o investimento de mais recursos e a criação de mais postos de trabalho, para além dos dois existentes. Disse, depois, que é uma empresa interessante, uma vez que compra a amêndoa aos produtores e paga na hora o produto, permitindo aos produtores escoar os seus frutos.

Disse, ainda, que relativamente ao pavilhão existiram muitos Deputados Municipais da oposição que se manifestaram contra a sua venda, preferindo que o pavilhão se degradasse.

Relembrou, depois, que a mecapisa, era uma empresa construtora de seguidores solares, do qual o concelho não tinha qualquer experiência nesta matéria, nem a própria população tinha experiência para trabalhar nela, e que a própria empresa nem a renda nem as contas pagava.

Disse, depois, que o Executivo criou um gabinete de apoio ao empreendedor e que a empresa municipal EDEAF continua a ter uma equipa de apoio aos produtores, e que já se licenciaram mais de dez cozinhas regionais.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção e defendeu que a Câmara Municipal deve apoiar o investimento, mas que entende que devem ser as entidades privadas a gerirem os destinos das empresas. O anterior Executivo queria controlar tudo, e depois deu mau resultado, dando como exemplos as micro-empresas da EDEAF, à empresa municipal AlfândegaTur e o mercado municipal.

Questionou, depois, a bancada do PSD/CDS sobre quais as propostas de melhoria que apresentava para o atual Executivo melhorar a política de apoio aos produtores do concelho, pois criticar sem apresentar propostas de melhoria não é bom, nem desenvolve o concelho.

Relativamente ao Mercado Municipal, disse que, é intenção da Câmara Municipal vender as lojas, uma vez que irá permitir obter o retorno financeiro do investimento feito, mas também promover a iniciativa privada e acabar com a concorrência desleal, de que os outros comerciantes se têm queixado dessa situação, devido às rendas extremamente baixas em comparação com as praticadas noutros locais.

Continuou a sua intervenção, e disse, que, relativamente ao programa Fé nos Burros, existe uma empresa “Mapaventura”, que promove os passeios de burro, e que mandou uma carta à Câmara Municipal, pedindo autorização para os burros estarem junto do antigo posto de Turismo. Disse, depois, que achava má ideia, perguntando de seguida a opinião à bancada do PSD/CDS. Disse, ainda, que o projeto “Fé nos Burros” promove a cultura do concelho e atrai turistas, referindo, ainda, que a exposição de fotografia tem percorrido inúmeros concelhos, que pedem para a expor.

A Senhora Presidente falou que relativamente aos quatro resgates financeiros, referenciados pelo Deputado Luís Terêncio, referiu que nem deveriam falar sobre o assunto uma vez que foram eles os causadores de toda esta situação, e que se sente cansada de andar a pagar a dívida que os outros contraíram.

Continuou a sua intervenção, fazendo algumas considerações de índole genéricas, sobre o endividamento do Município e o investimento efetuado, dadas as restrições do orçamento do Município.

Disse, depois, que em relação ao regadio, foi solicitado apoio ao Diretor Regional da Agricultura e ao Ministério da Agricultura, ao qual responderam afirmativamente, aceitando as nossas propostas de alargamento e modernização do perímetro de rega da barragem da Estevaínha e da Vilarça, sendo que neste último o mérito pertence à junta de regantes. Disse, ainda, que vai tentar enquadrar no próximo quadro comunitário o regadio de Parada – Vilarchão.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e respondeu à Senhora Presidente da Câmara que em relação às propostas apresentadas pela bancada do PSD/CDS elas existiram e foram anunciadas. Acusou, depois, a Senhora Presidente da Câmara de nunca ter convidado a bancada do PSD/CDS de se sentarem numa mesa a discutir as propostas apresentadas.

Continuou a sua intervenção e disse, que, o anterior Executivo nunca deu o pavilhão da mecapisa a ninguém, ao contrário do atual Executivo, que o vendeu.

Disse, depois, que os “alguns” membros da bancada do PSD/CDS referidos pela Senhora Presidente como que não queriam que o pavilhão fosse vendido, preferindo que ficasse ao abandono, era mentira, eles disseram sim, é que o pavilhão não deveria ser vendido ao desbarato.

Depois solicitou ao Senhor Presidente da Mesa, que tomasse nota, que deveria ser enviado a todos os Deputados Municipais um relatório sobre a venda do pavilhão da mecapisa, onde constasse o valor da venda, o plano de pagamento, plano de recebimento e o valor que a Câmara Municipal gastou nas infra-estruturas feitas ao pavilhão.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Em relação ao Mercado Municipal, explicou que foi um investimento importante, e que concordava com o apoio à iniciativa privada, referindo, ainda, que mesmo com a venda das lojas, a Câmara Municipal ficará sempre responsável pelos espaços comuns e pela manutenção do edifício. Disse, ainda, que a Câmara Municipal irá continuar a gastar no edifício, propondo que se crie um condomínio de lojistas, que façam eles a manutenção do espaço, ficando a Câmara Municipal responsável pela fiscalização.

Continuou a sua intervenção, e disse, que a Senhora Presidente da Câmara era conhecedora da dívida do Município, e essa dívida proveio do forte investimento em infra-estruturas que foram feitas pelo anterior Executivo, nomeadamente o Pólo Escolar, Centro de Saúde, estradas e Centro de Manutenção Física e Desporto.

A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que relativamente à Saúde no concelho de Alfândega da Fé, ela nunca prometeu mais médicos, pois os médicos existentes no Centro de Saúde são em número suficiente, disse sim, que faziam falta outros médicos de outras especialidades.

Disse, depois, que quando estava na sub-região de saúde, tinha colocado no Centro de Saúde dois médicos espanhóis, tendo um ido embora por decisão própria e outro foi mandado embora pelo Governo do PSD e pela nova direção da ULS. Para além deste médico, disse que se ficou sem outros técnicos, tendo o Centro de Saúde ficado com equipamentos que considera necessários mas sem os técnicos para os poderem manusear.

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º1 DA ALÍNEA E), DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 26/06/2013, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, fazendo algumas considerações de índole genéricas, começando por referir que a obra herdada do anterior Executivo, grande parte foi paga pelo atual. Disse, depois, que a obra candidatada a fundos comunitários está praticamente paga, referindo ainda que não têm qualquer processo em tribunal imposto por nenhum empreiteiro, ao contrário de uma série de processos judiciais, também herdados do anterior executivo, o que custou mais de um milhão de euros aos cofres do Município, principalmente a obra do campo de futebol, relativamente à qual o Município teve de pagar ao empreiteiro cerca de seiscentos e quarenta mil euros.

Informou depois, que estão a diminuir a despesa face às receitas e que também se encontram a diminuir a rubrica de prestação de serviços.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e comentou que esperava que realmente a Senhora Presidente da Câmara deixasse algum processo judicial pendente para o próximo Executivo, referindo ainda que a obra que executou foram projetos do anterior Executivo, não tendo por isso obra da sua autoria.

Continuou a sua intervenção e disse que em relação à redução das despesas e aumentos das receitas, não é técnico, mas sabe interpretar os números apresentados.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que fizeram todas as obras candidatas aos fundos comunitários, nomeadamente a estrada para os Picões-Sendim da Serra, estrada para os Vales,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

estrada para os Colmeais, e Plano de Reabilitação Urbana do centro da vila. Disse, ainda, que só não fizeram mais, por causa da dívida herdada e não queriam aumentar ainda mais essa dívida.

Disse, depois, que as pessoas sabem bem que a Câmara fez bastante obra tendo em conta os obstáculos existentes com o pagamento da dívida. Disse, ainda, que fizeram um levantamento de todas as freguesias do concelho sobre as promessas eleitorais, e a obra realizada e tem recebido por parte dessas freguesias uma boa surpresa, pois em parte das freguesias até realizaram mais obra do que a prometida. Nas freguesias onde não se fez tanta obra, foi porque também os Presidentes de Junta não vinham ao Município expor as suas preocupações.

O Deputado José Saldanha solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e disse, que, a Senhora Presidente da Câmara quando era líder da oposição nos anteriores Executivos, fazia exatamente a mesma coisa, apresentava muitas críticas e poucas soluções ou ideias.

Disse, depois, que a bancada do PSD/CDS ao longo deste mandato apresentou bastantes propostas e ideias bastante construtivas.

Continuou a sua intervenção e referiu que o Programa de Reabilitação Urbana apresenta aspetos positivos e outros negativos. Disse, ainda, que demoraram muito tempo, cerca de dois anos, embora tivesse embelezado o centro da vila, contudo disse, que a mobilidade ficou muito condicionada devido às vias serem muito estreitas.

Disse, depois, que fazer obra, é muito fácil para qualquer Câmara ou entidade, desde que haja capital financeiro para investir, o problema é a sua manutenção.

Referiu, depois, que existe muito património espalhado pela vila que carece de manutenção, e essa não está a ser feita ou descuidada. Disse, ainda, que tem consciência que existe muito vandalismo na vila e apelou ao Executivo para que tenha em atenção este assunto da manutenção dos espaços e equipamentos.

Continuou a sua intervenção, e chamou atenção ao Executivo sobre os maus cheiros provenientes dos esgotos na Av. Dr. Ricardo Almeida.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, e respondeu ao Deputado Alberto Saldanha que relativamente ao espaço verde, vai ser equipado com umas torres de iluminação mais fortes e robustas de forma a minimizar os atos de vandalismo. Disse, depois, que de facto as obras demoraram muito tempo, devido não só a empresa, mas também às infra-estruturas circundantes da mesma obra. Disse, ainda, que relativamente aos maus cheiros na Av. Ricardo Almeida não tinha conhecimento.

Continuou a sua intervenção e disse que no próximo quadro comunitário irá candidatar outro PRU desde o centro da vila até ao castelo e largo da Igreja matriz, permitindo melhorar algumas zonas que se encontram bastante degradadas.

2. INSPEÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PROCESSO IGF N.º 2012/172/B1/1161 – RELATÓRIO PARCELAR N.º1 – PROCESSO TC N.º 72/12 – IGF – PARA CONHECIMENTO;

Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 26/06/2013, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida.

O Deputado Luís Terêncio usou da palavra, no qual comentou o arquivamento do processo, e o facto de o relatório do processo poder ter sido enviado para os Deputados.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio que o relatório será enviado, caso exista essa vontade. Disse, depois, que o processo foi arquivado devido a problemas processuais, ou seja, alguém da inspeção esqueceu-se de enviar ao Dr. João Carlos Figueiredo e ao Prof. Arsénio o primeiro documento para depois eles fazerem o contraditório. Disse, ainda, que enviaram para a Dr.ª Berta Nunes, Prof. David Neno e o Senhor António Olaio. Face a esta situação, o Ministério Público junto do Tribunal de Contas decidiu arquivar porque não foi feito esse procedimento obrigatório, que é permitir que as partes envolvidas façam o contraditório.

Continuou a sua intervenção e disse que foi muito conveniente este “esquecimento”, sendo um motivo não para a bancada do PSD/CDS se vangloriar, mas sim lamentar.

O Deputado Carlos Alendouro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção e referiu que embora o processo tenha sido arquivado, havia uma nota que referia que tinham existido diversas irregularidades.

Disse, depois, que se não tivesse existido este “esquecimento” o processo teria ido para a frente. Disse, ainda, que se admirava que o PSD/CDS não tenha tido uma palavra a dizer sobre este assunto.

O Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que ficou muito surpreendido com as insinuações da Senhora Presidente da Câmara, e questionou se existiu algum assunto que não tenha ficado esclarecido, que não insinuasse e que falasse a verdade sobre o assunto.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que apenas estava a comentar os factos bem claros no documento.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e disse, que, não percebe as dúvidas levantadas pelo Deputado Luís Terêncio, uma vez que o documento é muito claro em duas coisas, existiram irregularidades e foi arquivado devido à falta de envio da documentação aos interessados. Disse, depois, que não compreende como é que o Deputado Luís Terêncio se congratula com o arquivamento de um processo que fazia cumprir dentro das normas legais um processo de irregularidades.

Continuou a sua intervenção e disse que não é um arquivamento por não se terem detetado irregularidades, mas sim um arquivamento por não se terem cumprido formalismos legais.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e disse que este arquivamento do processo não é bom para as pessoas em causa, pois não permitiu que elas se defendessem das acusações.

3. BOLETINS DE ITENERÁRIO – MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO;

Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 26/06/2013, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e informou os Senhores Deputados Municipais que este ponto introduzido na ordem de trabalho por vontade dele, uma vez que interpretou mal uma informação do Gabinete Jurídico do Município de Alfândega da Fé, pelo que enviou de imediato uma comunicação escrita de forma a elucidar convenientemente os Deputados da Assembleia Municipal.

4. PROCESSO N.º 185/08.8BEMDL, QUE CORRE TERMOS NO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE MIRANDELA. ACORDO DE TRANSAÇÃO. COMPROMISSOS PLURIANUAIS. CUMPRIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que este ponto tem haver com o acordo alcançado com a empresa Casais, relativamente à construção do muro de contenção no Centro de Formação Desportiva. Disse, depois, que inicialmente o projeto estava mal elaborado e só depois do início da empreitada ter começado é que foi corrigido.

Continuou a sua explicação, e disse que este acordo é mais vantajoso para o Município, uma vez que irá pagar cerca de seiscentos e quarenta e seis mil euros, em vez do milhão de euros inicialmente pedido pela empresa (capital e juros de mora). Disse, ainda, que este ano irão pagar trezentos mil euros logo após o visto do Tribunal de Contas ao Plano de Reequilíbrio Financeiro, para o ano seguinte vão pagar cerca de cento e setenta e três mil euros e no ano seguinte outros cento e setenta e três mil euros.

Explicou, depois, que como se trata de uma pagamento plurianual, é obrigatório vir à Assembleia Municipal para aprovação.

O Deputado José Saldanha usou da palavra e disse que uma vez que o problema do muro advinha de um projeto mal elaborado, o Município não deveria ser responsabilizado. O projetista deveria ser chamado atenção e justificar muito bem esse erro.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e informou os Deputados Municipais que quando era Vereadora da oposição falou com o então Presidente da Câmara Dr. João Carlos Figueiredo, que agisse judicialmente contra a empresa, o empreiteiro e técnico responsável pelo projeto, tendo obtido uma resposta afirmativa, mas nunca o chegou a fazer, recebeu a obra, foi feita a inauguração e nessa altura nada foi feito.

Continuou a sua intervenção e disse que tem muitas dúvidas sobre se a intenção de voto neste ponto ponha em causa o acordo firmado entre as duas partes para o pagamento no âmbito do processo judicial.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que o muro inicial não era o mais correto, era em betão e não era o mais adequado para sustentar as terras, então a empresa Casais propôs um muro de gavião, mais robusto e adequado. A situação tinha dois caminhos, ou se fazia um processo à parte, ou o empreiteiro metia como despesas a mais da obra. O problema foi que a empresa colocou estes trabalhos como despesas a mais na obra, e o Tribunal de Contas não deu o visto.

Continuou a sua intervenção e explicou que o projetista tinha a sua parte da culpa mas os juristas informaram que na altura a legislação não era tão assertiva como é hoje acerca da responsabilização dos projetistas. Disse, depois, que no decorrer da obra o projetista foi chamado e deu o aval à alteração do projeto.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto quatro**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Processo nº 185/08.8BEMDL, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. Acordo de transação. Compromissos plurianuais. Cumprimento da lei dos compromissos.

5.APLICAÇÃO DA LEI N.º50/2012, DE 31 DE AGOSTO. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO (EDEAF – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.E.M.);

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que decorre da decisão de extinção da Empresa Municipal EDEAF e da internalização de alguns trabalhadores através de um contrato de cedência de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

interesse público. Esta é a primeira fase do processo que está previsto na lei, uma vez que depois terá de se abrir procedimento concursal para estes trabalhadores.

O Deputado Luís Terêncio usou da palavra e questionou o Executivo sobre o motivo de terem recebido dois mapas de pessoal, uma vez que um mapa abre para dois postos de trabalho e outro mapa para doze postos de trabalho.

A Dr.ª Carla Victor solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção esclarecendo que os dois mapas são obrigatórios devido à cessação da comissão de serviço de algumas chefias.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os Deputados Municipais, dado a confusão relativa a este ponto, se avançasse com a ordem de trabalhos, até que a técnica que elaborou os mapas de pessoal possa esclarecer via telemóvel ou presencial.

A Senhora Presidente da Câmara após ter consultado a D. Virgínia Azevedo, responsável pelos Recursos Humanos do Município, explicou que os dois lugares criados no mapa tem a ver com a redução das Unidades Orgânicas, e, estes trabalhadores terem de ser colocados noutros gabinetes.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto cinco**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a 2ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Alfândega da Fé para o ano de 2013 a qual adequa o Mapa de Pessoal à reestruturação orgânica do Município e cria os postos de trabalho constantes dos Mapas de Pessoal (1 e 2) anexos à presente informação.

6. PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS E APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES E COLECTIVIDADE DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais, que elaboraram o regulamento, uma vez que não existia e era obrigatória existirem regras para atribuição dos respetivos subsídios.

O Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que concordava com o regulamento, sugerindo algumas alterações.

Continuou a sua intervenção e disse que os subsídios não devem ser atribuídos de forma gratuita fomentando a dependência deste por parte das instituições. Mas deve exigir -se resultados positivos. Disse, ainda, que o Município deveria solicitar às instituições planos detalhados sobre como serão aplicados os subsídios, monitorizando ao longo do ano esse relatório, de forma a garantir o sucesso dessa aplicabilidade de dinheiros públicos.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Luís Terêncio que concordava com a sua sugestão.

O Deputado Mário Soeiro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal.

Iniciou a sua intervenção referindo que os Bombeiros Voluntários são uma instituição que tem recebido apoio da Câmara Municipal e não concorda com a proposta apresentada pelo Deputado Luís Terêncio, uma vez que não aceita que pessoas de fora venham dizer como se deverá fazer o serviço.

O Deputado Carlos Alendouro usou da palavra e disse que compreende o ponto de vista do Deputado Luís Terêncio, mas concordava com a opinião do Deputado Mário Soeiro, uma vez que pertence a uma associação que elabora um plano

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de atividades e apresenta um relatório sobre esse plano de atividades. Disse, ainda, que a Câmara Municipal já fiscaliza esse plano de atividades e que achava que o regulamento estava muito bem feito.

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e disse que compreendia as palavras do Deputado Luís Terêncio e que o que ele queria dizer era que o Executivo tivesse em atenção e incluísse no regulamento uma alínea que contemplasse uma fiscalização sobre os dinheiros atribuídos.

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e disse que não existiria problema nenhum em acompanhar os apoios atribuídos, utilizando os diversos técnicos e as respetivas divisões.

O Deputado Luís Terêncio usou da palavra e disse que já teve oportunidade de falar com o Deputado Mário Soeiro, sobre o que considera os Bombeiros Voluntários uma associação especial, com outro cariz, defendendo que a Câmara Municipal deveria ajudar ainda mais.

Continuou a sua intervenção e disse que o que pretende é que as associações beneficiem da ajuda de técnicos da Câmara Municipal devidamente formados, com o intuito de poderem ajudar a cumprir o seu planeamento anual, uma vez que a maior parte das associações funciona com voluntariado. Disse, depois, que não pretendia que fosse fiscalizado a fundo onde o dinheiro era gasto, mas sim um simples acompanhamento.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e concordou com a proposta do Deputado Luís Terêncio, referenciando que no passado existiu uma grande falta de gestão o que contribuiu para se gastar muito dinheiro sem fundamento. Chamou também atenção para o facto da excelente gestão dos Bombeiros Voluntários e para a entrada da Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé no top 100 das melhores empresas agrícolas, onde apenas se encontram duas Cooperativas Agrícolas, a de Freixo e de Alfândega da Fé.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto seis**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal para Atribuição de Subsídios e Apoios as Associações e Coletividades do Concelho de Alfândega da Fé.

7. PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL E PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE COIMAS;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que é um regulamento que foram obrigados a fazer devido ao processo do visto do Tribunal de Contas para o Reequilíbrio Financeiro. Disse, depois, que este regulamento é uma compilação da legislação sobre o tema.

O Deputado José Saldanha usou da palavra e perguntou se todos os regulamentos estão disponíveis no site do Município.

O Senhor Presidente da Mesa respondeu ao Deputado José Saldanha que após aprovação e discussão dos regulamentos estes ficaram todos disponíveis.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto sete**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Proposta de Regulamento dos Processos de Execução Fiscal e Procedimentos de Execução de Coimas;

8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que esta proposta de alteração do regulamento de controlo interno foi uma atualização do regulamento já existente.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto oito**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a Proposta de alteração ao Regulamento de Controlo Interno.

9. RECRUTAMENTO EXCECIONAL NOS TERMOS DO ART.º 67.º DA LEI N.º 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO INDETERMINADO;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que este tema já veio a uma anterior sessão da Assembleia Municipal e tem a ver com os dezanove trabalhadores do Município que detêm contrato de trabalho a termo resolutivo certo, sem possibilidade de renovação.

Continuou a sua intervenção e explicou que são trabalhadores que se encontram a trabalhar há muitos anos na Câmara Municipal sem que nunca ninguém tivesse resolvido a sua situação. Disse, ainda, que estão agora a solicitar esta autorização embora os seus contratos terminem em dois mil e catorze, porque este processo é demorado tendo em conta o pedido de autorização à DGAL e às Finanças.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto nove**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Recrutamento excecional nos termos do artº 67º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, para contratação de pessoal por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com a informação da DA, datado de 21/5/2013, presente nesta sessão.

10. NOTAS AO BALANÇO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2012;

A Dr.ª Carla Victor usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que este ponto decorre da lei sempre que têm empresas municipais, e uma vez que a consolidação das contas nas empresas municipais não ocorre na mesma data que o Município, e tendo em conta que deveriam ser apresentadas em abril, pediram autorização para serem apresentadas em junho, estando englobadas o somatório das três contas de gerência.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto dez**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar as notas ao Balanço e Consolidação de Contas 2012.

11. MODIFICAÇÃO N.º 7 / REVISÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO DA RECEITA E GOP'S PARA O ANO DE 2013;

A Dr.ª Carla Vítor usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que foi necessário fazer esta modificação devido à candidatura do museu de Sambade. Como o nome que estava no plano era diferente do nome da candidatura, e a nível de FEDER era necessário adaptar. Disse, ainda, que aproveitou para incluir o saldo da gerência anterior uma vez que é obrigatório.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto onze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a modificação n.º 7/ Revisão n.º 1 ao Orçamento da Receita e GOP's para o ano de 2013.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

12. SETOR DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE (DU) – SUSPENSÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PRORROGAÇÃO DO PRAZO;

O Vice-Presidente da Câmara Eduardo Tavares usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que vem no seguimento do pedido já efetuado desde o início das obras da barragem do Baixo Sabor, na qual pediram um parecer à CCDRN, e tendo em conta o atraso verificado nas obras, a empresa responsável vem solicitar uma prorrogação do prazo.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto doze**, tendo sido deliberado, **por unanimidade** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a prorrogação da suspensão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Alfândega da Fé, nos termos e de acordo com a informação da DU, presente nesta sessão.

13. COMPROMISSO PLURIANUAL COM REFEIÇÕES ESCOLARES E TRANSPORTES ESCOLARES;

A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que é obrigatório vir à Assembleia Municipal, para à posteriori se poder efetuar a despesa.

O Deputado Mário Soeiro usou da palavra e disse tendo em conta as declarações do Deputado Luís Terêncio, sobre o prejuízo dos alunos do 1º CEB irem tomar as refeições à Escola EB 2.3/S, não sendo esse o entendimento da escola nem da maioria dos pais, uma vez que antigamente devido ao transporte da alimentação de uma instituição para a escola com o trajeto existia a perda de calor das refeições quentes e consequentemente a perda da qualidade e muitas vezes as refeições não chegavam sendo necessário pedir um segundo reforço. Com esta nova medida existem melhores condições para as crianças tomarem as suas refeições.

Continuou a sua intervenção e referiu que nomeadamente aos transportes escolares existiu também uma melhoria uma vez que visto os Bombeiros Voluntários terem negociado dois circuitos escolares com a Câmara Municipal, tanto os alunos como os pais estão muito satisfeitos, uma vez que demoram muito menos tempo na viagem. Disse, ainda, que só existem duas Corporações de Bombeiros a nível nacional sendo Alfândega da Fé e Vinhais, tendo sido notícia pelas melhores razões nos Órgãos da Liga de Bombeiros.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto treze**, tendo sido deliberado, **por maioria** dos trinta e quatro Deputados presentes, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Reboredo Almendra, aprovar o compromisso plurianual com refeições escolares e transportes escolares.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não existiram inscrições por parte do público.

Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato.

A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Manuel Adolfo da Rocha Veiga Costa)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)